

O ABRASILEIRAMENTO INFANTIL: LIVROS DIDÁTICOS E CURRÍCULO DA ESCOLA PRIMÁRIA NO ESTADO NOVO

Ademir Valdir dos Santos¹

Samara Elisana Nicareta²

RESUMO

No período do Estado Novo (1937-1945) fortes expressões nacionalistas foram elaboradas. Este nacionalismo foi propulsor de diversas ações. O Ministério da Educação e Saúde gerou uma série de medidas legais para a educação brasileira. O currículo foi transformado, orientado por políticas educacionais contendo prescrições para as práticas pedagógicas. Discutimos a caracterização do projeto nacionalista e sua inserção nas escolas primárias de regiões brasileiras consideradas como quistos étnicos, por meio das transformações curriculares preconizadas e materializadas nos conteúdos do material didático. Foram analisados manuais e livros didáticos utilizados para alfabetização e no ensino de Língua Portuguesa, História, Geografia e Educação Moral e Cívica – fontes primárias de quatro escolas catarinenses de regiões rurais (antigas escolas alemãs). Explicita-se a concepção formativa que a nacionalização vislumbrou para que a utilização de manuais e livros didáticos contribuísse na geração de um patriotismo a contrapelo das influências étnicas historicamente elaboradas nas comunidades de imigrantes alemães. Verificou-se que a docência foi foco do projeto ideológico, estabelecendo-se condições para que os professores agissem como veiculadores da nacionalização, transformando as crianças em valorosos patriotas, abasileirando-as. O currículo apresentava às crianças modelos ideais e sua conduta devotada às causas da nação, incorporando as virtudes autênticas do brasileiro e refutando expressões culturais alienígenas.

Palavras-chave: livro didático, currículo, educação, nacionalismo, práticas pedagógicas

INTRODUÇÃO

Durante o século XIX e nas primeiras décadas do século passado, chegaram ao Brasil imigrantes oriundos de várias partes do mundo, sendo em maior número aqueles de origem europeia. No

1 Professor do PrPPGED – Mestrado em Educação – UTP.

2 Universidade Tuiuti do Paraná. - UTP.

território nacional, sua fixação se deu principalmente nas regiões Sudeste e Sul. Contudo, os estados sulinos foram os receptores dos maiores contingentes de ascendência alemã. Sua implantação gerou a criação e desenvolvimento de vários núcleos colonizadores, que aqui transplantaram e preservaram traços culturais primordiais, relacionados às regiões estrangeiras de origem. Esse fato engendrou visões de que a nação abrigava verdadeiros quistos étnicos, localidades onde as atitudes, costumes, valores e sentimentos de patriotismo não se nutriam de referenciais da desejada brasilidade.

Na chamada era Vargas, especialmente no período do Estado Novo (1937-1945), expressões políticas e sociais de cunho nacionalista foram elaboradas. Este nacionalismo³, alimentado dos ideais de modernização que orientavam os atos governistas na época, foi propulsor de diversas ações. O Ministério da Educação e Saúde, desde 1934 liderado por Gustavo Capanema, gerou e imprimiu para a educação brasileira uma série de medidas enquadradas dentre aquelas de propósitos nacionalizadores. Desse modo, o currículo das instituições educacionais foi transformado, vindo a ser determinado por uma série de políticas educacionais contendo prescrições para a gestão e as práticas pedagógicas.

Este artigo discute a natureza e caracterização do projeto nacionalista e a proporção de sua inserção nas escolas primárias localizadas em regiões brasileiras, consideradas como quistos étnicos, através das transformações curriculares preconizadas e materializadas nos conteúdos dos materiais escolares, especialmente nos livros didáticos. Questionamos, no âmbito da Educação, quais as concepções formativas que o projeto de nacionalização vislumbrou para que, utilizando as instituições escolares na inoculação de um novo currículo, aflorasse o abasileiramento, gerando um patriotismo a contrapelo das influências étnicas historicamente elaboradas nas comunidades de imigrantes e seus descendentes. São abordadas as especificidades que, de acordo com as orientações para a constituição de um projeto de nação moderna, realizaram-se nas colônias teutas do Sul brasileiro, onde geralmente as escolas primárias tiveram sua origem em antigas escolas comunitárias – as escolas alemãs (*deutsche schulen*). Com a implementação das políticas educacionais

³ Compreendemos que o nacionalismo getulista mostrou características próprias. Contudo, não ignoramos que expressões nacionalistas de variados matizes já ocorriam nas primeiras décadas do século XX, especialmente após a I Guerra Mundial.

O abasileiramento infantil ... - *Ademir Santos e Samara Nicareta*

de intenção nacionalista, impondo uma reestruturação curricular impactante nos mecanismos de gestão e na prática pedagógica, a docência foi foco de tal projeto ideológico e de seus propósitos conformativos, criando condições para que os professores agissem no âmbito das salas de aula, como veiculadores da nacionalização, objetivando tornar as crianças potenciais cidadãos e valorosos patriotas, de modo a “abasileirá-las”.

OS LIVROS DIDÁTICOS COMO EXPRESSÃO DO CURRÍCULO E INFLUÊNCIA NA ATIVIDADE DO PROFESSOR

Para realizar sua função e executar as determinações curriculares desejadas, os professores utilizam meios materiais que auxiliam na composição do currículo, no desenvolvimento dos conteúdos e possibilitam o desenvolvimento de suas estratégias de ensino. Os meios mais destacados e freqüentes são certamente os livros-texto ou manuais didáticos dos alunos. Como afirma Sacristán (2000, p.150), referindo-se aos livros-texto como um dos meios estruturantes das atividades escolares que são desenvolvidas em sala de aula:

O saber e a cultura que formam o currículo são postos à disposição das escolas, teoricamente, através de múltiplos canais, numa sociedade na qual abundam os meios de comunicação de todo o tipo, mas, de forma paralela ao desenvolvimento dos meios em geral, os que estruturam a prática escolar ocupam um papel privilegiado, quase centralizando o monopólio dessa relação cultural.

Os materiais escolares, sobretudo os livros didáticos, têm importância para o desenvolvimento curricular em função dos seguintes fatores:

1. São os tradutores das prescrições curriculares gerais e, nessa mesma medida, construtores de seu verdadeiro significado para alunos e professores.
2. São os divulgadores de códigos pedagógicos que levam à prática, isto é, elaboram os conteúdos ao mesmo tempo que planejam para o professor sua própria prática; são depositários de competências profissionais.

3. Voltados à utilização do professor, são recursos muito seguros para *manter a atividade* durante um tempo prolongado, o que dá uma grande confiança e segurança profissional. Facilitam-lhe a direção da atividade nas aulas. (*Ibidem*, p.157).

Especialmente porque têm na língua escrita seu elemento didático-pedagógico articulador, os livros didáticos são uma fonte complexa, na qual se podem reunir subsídios diretos e indiretos para o estudo das práticas e contextos educativos de um certo período histórico. Eles expressam aspectos das relações que a escola mantinha com a organização social e política mais ampla, desvelando o papel de atores como os professores e alunos. Permitem, ainda, conhecer elementos curriculares e as práticas docentes que os utilizaram como sustentação e orientação didática.

Os livros didáticos são constituintes da complexa cultura material presente nos sistemas formativos e educativos escolarizados, sendo utilizados como meio de seleção, registro e divulgação de conteúdos de natureza diversa. Importa que, em algumas situações, tais conteúdos são determinados por orientações legais, detalhadas em currículos construídos e impostos como estruturantes oficiais para execução no ambiente escolar. A escrita do interno dos livros didáticos materializa e registra, direta ou indiretamente, conhecimentos, idéias e valores – todo um repertório que permite a interpretação do texto escrito, podendo suscitar certas predisposições formativas. O teor redacional que os livros didáticos apresentam permite a decodificação e leitura não somente do que ali se registrou, mas possibilita inferir sobre o que não se registrou, aquilo que está escondido, tacitamente comunicado, embora sem uma intencionalidade explícita.

Por isso, a análise dos conteúdos da escrita dos livros didáticos oportuniza até mesmo uma percepção direta ou indireta da ideologia que orientava os autores do texto ou mesmo daqueles que os coletaram. É certo, porém que, o conteúdo que se registra nos livros didáticos porta os vestígios ideológicos de seus autores primordiais assim como delinea a natureza de saber exigido por um currículo oficial. Através dos professores, muitas vezes sem qualquer modificação, os textos são apresentados para que os alunos os conheçam e, algumas vezes, os registrem em seus cadernos.⁴ Sob tal perspectiva, os livros didáticos significam o final de um processo de

reprodução de conteúdos que trazem no seu interno conhecimentos e valores previamente escolhidos e entendidos como necessários ao processo formativo realizado nas instituições. Ocorre que esta seletividade pode se dar, embora não exclusivamente, nas esferas dos grupos políticos dominantes, que buscam a criação e manutenção histórica de conteúdos curriculares que sirvam a objetivos da educação consonantes com a manutenção de hegemonia cultural. Nessa perspectiva, os livros didáticos podem significar a face visível de conteúdos culturais impostos. Nesta pesquisa utilizamos manuais e livros didáticos de História, Geografia, Educação Moral e Cívica, bem como materiais usados para a alfabetização e o ensino de Língua Portuguesa, fontes primárias de quatro escolas catarinenses de regiões rurais.

AS FUNÇÕES DE UM CURRÍCULO COMPROMETIDO: PARA QUE ABRASILEIRAR? AS PREMISSAS DA NACIONALIZAÇÃO E AS ESCOLAS

Como elemento histórico que se realiza em um conjunto de condições sociais, políticas e culturais, o currículo pode vir a ser utilizado com finalidades que atendam a orientações de cunho parcial, com uma intencionalidade comprometida. De acordo com Almeida (2000, p.124) as propostas educativas podem levar em conta três aspectos do currículo: formais, reais e ocultos. Assim, as intenções educativas e formativas se apóiam, concomitantemente, no currículo formal constituído por programas, grades curriculares e normas, no currículo real que se relaciona com a vivência dos sujeitos institucionais e ainda num currículo oculto, que expressa características das instituições, suas representações e crenças, bem como seu modo informal de engendrar o saber escolar. Por sua vez, Apple (1994) evidencia que o estudo do currículo envolve aspectos da realidade vivida, angústias e temores dos contextos escolares. Assim, admite que as teorias, diretrizes e práticas envolvidas na educação refletem os acontecimentos do cotidiano escolar, superando uma racionalidade formal ou técnica.

4 Pesquisas realizadas com a utilização de cadernos escolares como fontes mostram que é comum que textos utilizados como base para cópias e ditados sejam extraídos dos livros didáticos em uso, sobretudo em períodos da história da educação em que as concepções de ensino e aprendizagem se norteavam principalmente por uma didática que acreditava na repetição e reprodução como estratégias pedagógicas. Cf. SANTOS (2008).

Desde meados dos anos 1930, atendendo às recomendações do Ministério da Educação e Saúde, o projeto de abasileiramento das crianças foi efetivado em comunidades onde a imigração produzira culturas de uma identidade étnica que parecia, segundo a ótica governista, pouco brasileira e patriótica. Essa ação pode ser entendida sob perspectiva da inoculação ideológica de aspectos do nacionalismo, parametrizados por uma percepção étnico-racial.

Embora existissem diversas outras instituições as quais se poderia atribuir um conteúdo alienígena (associações de canto, dança, tiro ao alvo, ginástica, bolão), naquele contexto as escolas foram vistas como locais privilegiadas de elaboração de conteúdos étnicos. As elaborações próprias das comunidades escolares deveriam ser eliminadas e substituídas pelos novos conteúdos e saberes da nacionalização, que tinham o escopo de criar um novo homem, para um novo Brasil. Passo a relacionar os mecanismos curriculares que foram utilizados na implementação dos propósitos conformativos nacionalistas. Por meio de diretrizes e fiscalização do Departamento de Educação em cada estado brasileiro, buscou-se materializar nas práticas educativas elementos objetivos e subjetivos do currículo das escolas primárias.

Os pioneiros imigrantes europeus que chegaram ao Sul brasileiro no século XIX encontraram mata virgem e geralmente não dispunham de utensílios e ferramentas para utilização nos trabalhos iniciais de desbravar suas terras. Mas com o desenvolvimento dos núcleos habitados, as comunidades começaram a se organizar e a construir suas instituições. Especialmente, a preocupação com a formação das crianças trazidas com as famílias ou com aquelas que aqui nasceriam levou às iniciativas de construção de dois locais com finalidades específicas e distintas, mas que, muitas vezes, co-dividiram um único posto: a escola e a igreja. Sobretudo quando se tratavam de imigrantes alemães luteranos, maioria no povoamento catarinense, a necessidade de que as crianças aprendessem a ler e escrever para ter acesso aos textos bíblicos fez com que os empreendimentos educacionais fossem vitais. Sabe-se, também, que seja no período imperial como no republicano, os investimentos do Estado brasileiro no ensino primário eram praticamente inexistentes na maioria das localidades, especialmente aquelas distantes dos centros urbanos então em expansão.

Essas primeiras escolas comunitárias "alemãs" foram atingidas, primeiramente, pelas medidas nacionalistas emanadas no período correspondente à I Guerra Mundial. Segundo Seyferth (1999, p. 220-1): ...atingindo as escolas primárias particulares com ensino em alemão. Decretos estaduais mudaram os currículos para incluir disciplinas de língua portuguesa, educação cívica, história e geografia do Brasil, e obrigaram a adoção de livros didáticos de autores brasileiros".

No Estado Novo, o projeto de nacionalização através da educação também foi sustentado por um aparato legal. Destaco os quatro decretos mais impactantes na realidade das escolas e em suas comunidades: o Decreto lei nº 383, de 18 de abril de 1938, que proibia aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil; o Decreto nº 406, de 4 de maio 1938, que regulamentava o ingresso e a permanência de estrangeiros, ditando providências para sua assimilação e criando o Conselho de Imigração e Colonização como órgão executor de suas disposições. Com impacto direto nas políticas educacionais, cito o Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938, que instituiu a Comissão Nacional de Ensino Primário, que possuía entre suas atribuições a nacionalização do ensino nos núcleos estrangeiros e o Decreto nº 948, de 13 de dezembro do mesmo ano que, considerando a complexidade das medidas para promover a assimilação dos colonos e completa nacionalização dos filhos de imigrantes, estabelecia que as medidas fossem tomadas pelo Conselho de Imigração e Colonização (BOMENY, 1999, p.158).

AS ESCOLAS PRIMÁRIAS NO ESTADO NOVO: O CONTROLE DO CURRÍCULO E DOS SABERES PARA A NACIONALIZAÇÃO

No dia-a-dia das escolas primárias situadas nas comunidades sulinas de imigração alemã o currículo foi um veículo de introdução de práticas pedagógicas de cunho nacionalistas. Especialmente naquelas antigas escolas alemãs alguns elementos de ação educativa foram mais visados. No que se refere à administração das escolas, esta agora somente poderia ser realizada pelo comando de brasileiros natos. Tal medida implicou a impossibilidade de funcionamento de algumas unidades, que encerraram suas atividades. Isto porque as antigas escolas eram administradas por comunidades ou sociedades escolares, cujos dirigentes eram respeitáveis membros da sociedade local, algumas vezes imigrantes das primeiras gerações que não

falavam a língua portuguesa. Aliás, a obrigatoriedade do uso do idioma português pelos professores foi outra transformação imposta, que desencadeou um problemático processo de substituição de docentes. Pois nas áreas mais afastadas os professores tinham de residir nas comunidades, estabelecendo vínculos sociais que superavam as relações em torno da escola. A vinda de um sujeito estranho à localidade podia acabar implicando em rejeições pelos moradores e dificuldades de adaptação dos recém-chegados.

Quanto aos conteúdos e saberes apresentados em sala de aula nas disciplinas de História e Geografia deveriam ser exclusivamente com abordagem da realidade brasileira. Isto tanto na ênfase das nossas raízes históricas e na original constituição da brasilidade como para substituir o ensino de História e Geografia Gerais que até então eventualmente mostravam as culturas estrangeiras.

Para exemplificar, destacamos um livro didático que localizamos em nossas pesquisas: “Minha Pátria” – Ensino de História do Brasil no Segundo Anno do Curso Preliminar, do autor J. Pinto e Silva, numa 26ª. edição, de 1931. Tal obra foi adotada em vários estados brasileiros e também em escolas particulares. No Prólogo, o autor apresenta as questões didáticas e de método que suportam sua concepção sobre o ensino da “História-pátria”, ressaltando os efeitos formativos morais que associa à disciplina:

Effectivamente, conhecer o alumno uma série de factos isolados da nossa Historia, sem lhes compreender as ligações respectivas, por falta duma boa ordem na successão dos mesmos, nada lhe aproveita á educação civica e moral – elevado e nobilissimo objectivo a que deve tender o ensino da historia-patria – e isso porque a idea de conjunto, embora singelissima, despida de superfluos detalhes, fica sacrificada.

Os personagens heróicos da história nacional e seus feitos eram recontados com ênfase patriótica extremada. Os textos estão repletos de alusões enaltecedoras: vivas ao Duque de Caxias, a saga de Tiradentes, os feitos heróicos para a conquista da Independência, a sagacidade de Rui Barbosa, a política de José Bonifácio, o descobrimento da América, a coragem de Deodoro, a Proclamação da República, a poesia de Olavo Bilac.

“Nosso Brasil” (para o 1º. grau primário), de Hildebrando Lima, é um dos livros didáticos utilizado nas escolas elementares no período do Estado Novo. Analisamos o conteúdo de sua 64ª. edição, datada de 1946. As mensagens de teor nacionalista, com intenção de despertar o emblemático patriotismo desejado, são percebidas desde a capa: impressa nas cores nacionais, com um mapa do Brasil sobre o fundo verde e em cujo interior está desfraldada a nossa bandeira; há ainda algumas estrelas brancas dispersas. Na página de apresentação, abaixo do título está escrito “Noções de civismo e brasilidade”. A página seguinte apresenta algumas opiniões sobre a obra, recomendando-a. O comentário de Jonas Correia, então diretor do Departamento de Educação Primária do Distrito Federal, sobre a obra ressalta que “A orientação que seguiu, de basear a sua expressão educacional na essência do nosso espírito brasileiro, é digna de aplauso e muito mais de imitação”. A apologia sobre o teor do “Nosso Brasil” e sobre a perspectiva nacionalista de seu autor é trazida no comentário de Leonor Posada, apresentada como escritora, poetisa e técnica de Educação:

Tenho horror às patriotadas e incitamentos insinceros às nossas crianças e isso, felizmente, não existe em todas as suas obras. V. é leal, cheio de civismo são que é o estofo dos grandes brasileiros.

Quanto ao lado pedagógico, “Nosso Brasil” nada tem a desejar: claro, metódico, bem distribuído, alegre, de um Mestre, enfim. Aliás é sob essa dupla e nobre forma que o conheço e admiro – excelente didata e brasileiro sincero.

O que esperar, então, quanto às manifestações em prol do abasileiramento, presentes no livro didático de Hildebrando de Lima? No índice que enumera 48 pequenos textos, podemos localizar aqueles títulos de conteúdo nacionalista: *Marcha, soldado; O soldadinho; A bandeira; Brasil; Uruá (A Casa, a Escola, o Brasil), Minha Pátria e Como se desenha a Bandeira nacional.* O texto *A Bandeira* é emblemático, trazendo a relação entre o mundo adulto que deve servir de modelo e inspiração à infância na veneração aos símbolos nacionais:

Esta é a minha Bandeira. Foi presente de tio Justino.
É a Bandeira brasileira. Ela tem três cores principais:

verde, amarelo e azul.

Todas as vezes que passa um batalhão de soldados, papai tira o chapéu quando vê a Bandeira.

Diz que está tirando o chapéu ao Brasil. A Bandeira é a imagem do Brasil.

Meu maninho Luís e Sérgio são meninos educados.

Também tiram o chapéu quando vêem a bandeira brasileira (LIMA, 1946, p.18)

Mas ao lado destes de óbvio apelo ao patriotismo, há mensagens tácitas em textos moralizantes como “Desobediência” e “Meus Brinquedos”, por exemplo, que mostram uma intenção de formação de valores conformes ao ideário do Estado Novo nas crianças. Pequenas biografias dos heróis nacionais foram distribuídas ao longo da obra. Então, após o texto “O dentista”, aparece a biografia de Tiradentes; depois dos versos de “O carpinteiro”, aparece a biografia de D. Pedro I.

As orientações nacionalistas foram impulsionadas através da legislação educacional. Especificamente no estado de Santa Catarina, foi aprovado pelo decreto no. 1 944 de 27 de fevereiro de 1926 o *Programma de ensino das escolas isoladas das zonas coloniaes*, já apoiado em perspectivas nacionalistas anteriormente existentes e preparando o terreno para a posterior instauração do nacionalismo da era Vargas. O Programa visava atacar os “problemas de ensino” local, reformulando o sistema educacional com o combate ao analfabetismo e buscando solucionar a questão de assimilação dos grupos imigrantes. Desenvolveu ações tanto de cunho político como determinando orientações didático-pedagógicas para adoção em sala de aula. O texto do Decreto no. 1 944 explicita os propósitos de utilização da língua pela proposta nacionalista que se construía:

...considerando que o programma vigente nas escolas isoladas, no presuppuesto de que os alumnos aos quaes deve ser ministrado conhecem a lingua vernácula, attendeu só ao problema de desanlphabetização; considerando que, nas zonas coloniaes, grande numero de crianças fala mal ou mesmo desconhece a língua nacional, o que torna inadequado o mesmo programma; considerando que, para as escolas dessas zonas, se torna necessária a organização de um programma que, sem

augmento do estagio escolar, attenda aos problemas de desanalphabetização e do ensino da língua portuguesa; (SANTA CATARINA, 1926, p.3).

Verificamos na análise dos livros didáticos que apresentam uma estruturação dos conteúdos de acordo com o que se exigiu no Decreto, ou seja, que as orientações do programa foram seguidas. As práticas pedagógicas previstas para o ensino da língua atingiam os três anos da educação elementar. Orientados pelo documento original, apresentamos as orientações do Programa de Ensino de 1926 e extratos de conteúdo dos livros que as atendem. Para o 1º. ano, a ênfase devia ser na leitura, na linguagem oral e na linguagem escrita, além dos cantos. Nas recomendações para a leitura, no item da fase preparatória, está escrito o que o professor deveria fazer com os alunos:

1º. – *Leitura diária, no quadro negro, de nomes de objetos conhecidos dos alumnos.*

2º. – *Verificado que os alumnos conhecem, com segurança, os nomes apresentados no quadro negro, far-se-á a tradução dos mesmos. Ex.: casa – Haus; chapéu – Hut; copo – Glass; boneca – Puppe, etc.*

3º. – *Decomposição oral dos vocábulos em syllabas, de forma que o ouvido dos alumnos se familiarize com os elementos componentes das palavras estudadas. Ex.: casa (cá-sa); copo (co-po), chapéu – (cha-péu); boneca (bo-né-ca). (Ibid., p.8).*

Fica evidente a adoção parcial de uma metodologia tradicional para o ensino da língua portuguesa em substituição radical ao idioma alemão. A abordagem tradicional, também chamada de gramática-tradução, que vigorava ainda no início do século XX, tinha por objetivo a transmissão de um conhecimento sobre a língua, permitindo o acesso a textos e um certo domínio da gramática normativa. O professor normalmente propunha a tradução. A aprendizagem do idioma estrangeiro era vista como uma atividade em que o aprendiz deveria memorizar as regras e os exemplos, com o propósito de dominar a morfologia e a sintaxe. Os alunos acabavam recebendo ou elaborando listas exaustivas de vocabulário. As atividades em sala de aula propostas geralmente tratavam de exercícios de aplicação

das regras gramaticais, ditados, tradução e versão. O erro era punido, buscando-se um controle rígido da aprendizagem. Enfim, o que se pretendia era o ensino do vocabulário, com mais ênfase na palavra escrita e menos nas habilidades de audição e de fala. Papel importante era o das gramáticas escolares adotadas, que prescreviam os exercícios que seriam realizados nos cadernos. Entre as fontes primárias das escolas nacionalizadas, localizamos a *“Minha língua – Grammatica portuguesa para uso nas escolas allemãs no Brasil – Portugiesisches Sprachbuch für die deutschen Schulen in Brasilien”*.

A Educação Moral e Cívica tinha um lugar específico no currículo. Prevista como disciplina para o 3º. ano, tratava dos deveres das crianças para com os pais, a família e os mais velhos. Devia, ainda, chamar a atenção sobre os deveres para com as autoridades, as necessidades de um governo e a *“impossibilidade de os povos viverem sem governo”* (SANTA CATARINA, 1926, p.23). O ‘Programma de ensino das escolas isoladas das zonas coloniais’ definia Pátria e orientava os procedimentos docentes: *“Não é o lugar do nascimento, é o país. O sentimento de Pátria não é vão, exemplos. O Brasil, a sua grandeza territorial, o aumento progressivo da sua população, a benignidade da sua natureza, a sua língua, costumes e tradições”*; e não seriam esquecidos aspectos entendidos como fundantes do patriotismo e civismo: *“Descrição do pavilhão nacional. Deveres para com o mesmo. Deveres e direitos dos cidadãos brasileiros. Os poderes federaes, estaduaes e municpaes. A importância do voto. A necessidade de todos os cidadãos alistarem-se e votarem”*. (*Ibidem*, p.24).

Investigamos em dois livros didáticos desse tipo: Elementos de Educação Moral e Cívica, de Hilário Ribeiro, 54ª. edição datado de 1927 e Educação Moral e Cívica, de Ernesto Venera do Santos, sem data, que foi resgatado junto a outros materiais escolares utilizados por alunos dos anos 1930-40.⁵ O livro de Ribeiro faz parte da coleção Pátria e Dever, seu ‘novo quarto livro de leitura’ e ‘adoptado nas escolas publicas da Capital Federal e em quase todos os Estados do

5 Há um considerável acervo de cadernos escolares na seção de educação do Museu Histórico Emílio da Silva, localizado na cidade de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. Ali estão expostos materiais diversos que mostram as origens e transformações por que passaram as instituições escolares regionais. Os aspectos peculiares, não encontrados em outras partes do país, são vinculados às escolas alemãs (*deutsche schulen*) que se diferenciaram como iniciativas dos imigrantes, ensinando na língua alemã e gerando culturas escolares embasadas em valores europeus. O acervo guarda materiais dos primórdios, mas também dos períodos posteriores, em que a nacionalização alterou a natureza dessas escolas, transformando-as

Brasil'. As edições que circulavam nas escolas catarinenses levavam o carimbo do Ministério da Justiça e da inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas, evidenciando o controle que o governo buscou exercer sobre a produção e divulgação de materiais didáticos. Seu índice dá uma idéia do conteúdo, dividido em quatro partes: conhece-te a ti mesmo, objecto da moral, a família e a escola e educação cívica. Extraímos um trecho da quarta parte, em que o aspecto de inculcação moralizante para a formação escolar é configurado num diálogo entre a criança (aluno) e o adulto (professor):

A Pátria

Se eu vos perguntasse o que é pátria, que responderíeis, meus amigos? Qual d'entre vós é capaz de dizer-me o que é a pátria?

É o paiz em que nascemos, a terra de meus Paes e a minha terra. Sou pequeno ainda, mas o que é verdade é que penso desde já em servir-a e protejel-a um dia, se for necessário.

Bravo, Jorge!... Mas de que modo servirás a tua pátria?

Muito bem; basta que eu seja instruído, honesto e trabalhador. Quando vejo um homem vadio ou encontro um criminoso, sempre digo a mim mesmo: -Se pensassem na pátria não praticariam actos indignos d'ella!... (RIBEIRO, 1927, p.101-2)

No manual de Educação Moral e Cívica de Ernesto Venera dos Santos, publicado por uma livraria catarinense, as prescrições moralizantes constituem o conteúdo das 34 páginas, que evocam os símbolos, atitudes e deveres para com a pátria. A inculcação do civismo se amalgamava ao conjunto de atividades curriculares previstas como elemento natural. Baseava-se na prescrição de ações que embutiam as idéias de respeito, ordem, obediência e tantos outros valores positivos dos personagens e símbolos nacionais. Uma variedade de recursos foi utilizada pelos professores para corresponder aos escopos pretendidos. Nos "pontos" a serem decorados para

ou extinguindo-as. São apresentados aspectos arquitetônicos, salas de aula, mobiliário e materiais didáticos e pedagógicos utilizados pelos atores escolares nos séculos XIX e XX. Para esta comunicação utilizamos como fontes primárias antigos livros e manuais didáticos usados pelos alunos no período correspondente à nacionalização.

O abasileiramento infantil ... - *Ademir Santos e Samara Nicareta*

aprendizagem do português, nos hinos e cantos a serem aprendidas, nas atividades de orientação militarista – a aprendizagem cotidiana era vinculada a um currículo pré-determinado.

Como mecanismo de controle da ação docente, havia a exigente e criteriosa verificação do atendimento às recomendações do serviço de inspeção escolar, respondendo às determinações legais do Departamento de Educação. Então, o currículo prescrito devia ser cumprido, pois havia controle e fiscalização administrativos. A professor cabia cumprir as determinações didático-curriculares, ouvindo as orientações da inspeção e atendendo aos preceitos de caráter nacionalista. Posturas, saberes, conteúdos, valores, idéias – tudo devia confluir para a integralização de uma proposta formativa delineada pelo currículo. Sob essa perspectiva, a investigação evidencia que a inspeção escolar assimilava as orientações nacionalistas do Departamento de Educação, na garantia de que a escola cumprisse seu papel educativo, seguindo à risca as prescrições curriculares. Como afirma Sacristán (2000, p. 137), as propostas de currículo exprimem mais desejos do que ações. E é pela interação do currículo com a realidade que se possibilita entende o que de fato acontece na escola, o que os alunos aprendem e internalizam.

○ ABRASILEIRAMENTO DA INFÂNCIA: COMPROMISSO NACIONALISTA

O Escotismo

É na infância que se prepara o homem. O que se obtém como brandura na idade tenra dificilmente se consegue, ainda mesmo com violência, na maturidade. Dá-se ao novédio a posição que se deseja, o tronco é inflexível e, como cresceu, assim fica; apolega-se o barro, enquanto humido e dúctil; endurecido ao sol, já se lhe não modifica a forma.

Assim é o carácter.

[...] Os exemplos são moldes nos quais se deve formar a alma da criança. O que se adquire na infância – virtude ou vício – integra-se no carácter e nele desenvolve-se, tornando-se, com o tempo, hábito ou feição moral. (TERCEIRO LIVRO DE LEITURA, 1933, p.92)

E segue, aproximando a escola e o escotismo no papel de instrução das crianças, inclusive com base numa perspectiva eugenista, de fundo biológico, buscando inspiração numa proposta de educação clássica:

Os antigos, que tanto se preocupavam com o homem, que é a medula das pátrias, tomavam-no, a bem dizer, no berço e, submetendo-o a um regimen austero desde os rigores da intempérie até a indiferença pela morte, exercitando-o em jogos atléticos, firmando-lhe na consciência os princípios da Honra, que começa no respeito a si mesmo e culmina no culto da Pátria, tiravam dele o cidadão perfeito. Foi essa intensa cultura eugenica que deu ao mundo o modelo por excelência do tipo humano: belo, sadio, corajoso, varonil e honesto – o “virtuoso”, em fim. [...] O escotismo é uma instituição de energia, tendo por base a fôrça, mas a fôrça inteligente que se chama Dever, governada pela disciplina. O escoteiro, assim como se robustece nos exercícios ao ar livre, apura o sentidos, desenvolve as faculdades e aprimora os sentimentos; torna-se sociável, fraternizando com os companheiros no convívio que os liga intimamente pela cadeia da solidariedade. (*Ibidem*, p.92-3).

Enfim, a formação escolar deveria se modelar no escotismo, conformando as crianças e vendo nelas os patriotas perfeitos:

Acompanhado sempre da Bandeira, cresce junto dela, cantando, como oração heróica, o Hino Nacional, e, fiel ao juramento que lhe prestou, não ousa cometer falta pela qual possa ser argüido diante do pendão venerável que é tudo para ele, porque é o símbolo da Pátria. De tal escola saem os infantes que serão os infantes que serão os homens de amanhã: seres de têmpera viril, tão úteis na paz pelo que aprenderam brincando, como serão bravos na guerra pela resistêcia que adquiriram no corpo com os exercícios, na alma com a perseverança na disciplina, que é a cadencia da ordem. Assim, essa instituição heróica e generosa é a escola primaria do civismo, na qual se devem matricular todos os meninos brasileiros que, amando o seu país, queiram aprender a bem servi-lo e a honrá-lo. (*Ibidem*, p.94)

Assim, os livros didáticos utilizados nas escolas primárias catarinenses na Era Vargas incorporavam as orientações do nacionalismo de então. Inseridos dentro de um projeto de reformulação curricular, buscaram abasileirar as crianças descendentes de imigrantes, num ambiente escolar ideologicamente reorientado no sentido de eliminar condições sociais de preservação dos dados da cultura alemã e, acima de tudo, substituí-los pelos preceitos de patriotismo e devoção ao Brasil exaltados pelo getulismo.

ABSTRACT

In the New State (1937-1945) nationalist factors were constructed. This nationalism started a lot of actions. The Ministry of Education and Health created policies for the Brazilian education. Curriculum was transformed containing orientation for pedagogical practices. We discuss the nationalist project and its penetration in primary schools in Brazilian regions with ethnic differences, through curricular changes inside the didactic materials. We analyze manuals and didactic books used for alphabetization and for teaching of Portuguese, History, Geography and Moral and Civic Education – sources from four primary schools of Santa Catarina regions (ancient German schools). It shows a formative conception according to the nationalization that used manuals and didactic books to generate patriotic values against ethnic influences historically constructed in the German immigrants communities. We verify that teaching was a focus of an ideological project, generating conditions for the teachers' actuation aiming as a way to inoculate nationalization principles, transforming children into patriotic people, a "brazilianization". The curriculum shows for children idealized models and devotion to the nation, internalizing the authentic virtues of the Brazilian and denying foreign cultural expressions.

Keywords: didactic books, curriculum, education, nationalism

RESUMEN

En el Estado Nuevo (1937-1945) expresiones nacionalistas fueran

creadas. Este nacionalismo fue propulsor de diversas acciones. El Ministerio de la Educación e Salud generó un conjunto de medidas legales para la educación brasileña. El currículo fue transformado e orientado por políticas educacionales con contenido prescrito para las practicas pedagógicas. Nosotros discutimos la caracterización del proyecto nacionalista e su inserción en las escuelas primarias de regiones brasileñas, por medio de las transformaciones curriculares inseridas en los contenidos de los materiales didácticos. Fueran analizados manuales e libros didácticos usados para la alfabetización en la enseñanza de Lengua Portuguesa, Historia, Geografía e Educación Moral e Cívica – fuentes primarias de cuatro escuelas de Santa Catarina de regiones rurales (viejas escuelas alemanas). Hacemos la explanación de la concepción formativa que la nacionalización ha visto para que el uso de los manuales e libros didácticos ofreciesen una contribución en la generación de patriotismo contrapuesta a las influencias étnicas creadas en la historia de las comunidades de inmigración alemán. Se ha verificado que la docencia fue un foco del proyecto ideológico, estableciendo condiciones para que los profesores actuasen como vehículos de la nacionalización, transformando los niños en modelos ideales e su conducta devotada a las causas de la nación, asumiendo las virtudes autenticas del brasileño e negando las expresiones culturales extranjeras.

Palabras clave: libros didácticos, currículo, educación, nacionalismo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. E. B. *Proinfo: informática e formação de professores*. V.2 Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000.

APPLE, Michael W. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, A.F; SILVA, T.T. (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994. p.39 – 57.

ARQUIVO do autor. *Livro de Termo de Visita*. Jaraguá do Sul. 1936.

_____. *Livro de Atas da Sociedade Escolar*. Jaraguá do Sul. 1952.

BOUMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação

O abasileiramento infantil ... - Ademir Santos e Samara Nicareta

no Estado Novo. In: PANDOLFY, D. (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

KREUTZ, L. Identidade étnica e processo escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 107, p.79-96, jul.1999.

LIMA, H. *Nosso Brasil para o 1º. grau primário*. 64.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

MINHA LÍNGUA. *Grammatica portuguesa para uso nas escolas allemãs no Brasil. – Portugiesisches Sprachbuch für die deutschen Schulen in Brasilien*. 3.ed. 2.v. São Leopoldo, RS: Rotermund & Co.s.d.

MOREIRA, A.F; SILVA, T.T. (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.

PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

PINTO E SILVA, J. *Minha Pátria. Ensino da Historia do Brasil no segundo anno do curso preliminar*. 26.ed. São Paulo: Typographia Siqueira, 1931.

RIBEIRO, H. *Pátria e Dever. Elementos de Educação Moral e Cívica*. 55.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1928.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTA CATARINA. *Programma de ensino das escolas isoladas das zonas coloniaes aprovado pelo Decreto no. 1944, de 27 de fevereiro de 1926*, Imprensa Official, Florianópolis, 1926.

SANTOS, A. V. A escrita bilingüe nos cadernos escolares dos descendentes de imigrantes alemães e o nacionalismo: escrita para a Pátria? *Roteiro*, v.2, n.1, jan./jun. 2007, p.75-94.

SANTOS, E.V. *Educação Moral e Cívica*. São Bento, SC: Casa Editora Livraria Santos. s.d.

SANTOS, E.V. *História do Brasil*. 3. ed. São Bento, SC: Casa Editora Livraria Santos. s.d.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p.199-228.

TERCEIRO LIVRO DE LEITURA. Florianópolis: Tipografia Livraria Central, 1933. (Série Fontes)

Recebido em 20/11/2008

Aceito em 10/12/2008